

Moçambique

Os corredores da paz

05. 7/12
90

Portugal vai participar na verificação do acordo Frelimo-Renamo sobre tropas zimbabweanas

A PÓS 20 DIAS de difíceis negociações na Comunidade de Santo Egídio, em Roma, o governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e os dirigentes dos rebeldes da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) deram um pequeno mas importante passo para o cessar-fogo em Moçambique. O ministro dos Transportes, Armando Guebuza, geralmente considerado o nº 2 «de facto» do regime do Maputo, e Raúl Domingos, da Renamo, anunciaram, no último sábado, 1 de Dezembro, que tinham chegado a um acordo consubstanciado no documento «Presença e papel das forças militares do Zimbabwe no período anterior à proclamação do cessar-fogo». Apesar do seu carácter um tanto vago, o título do referido documento aponta para objectivos concretos e datados, ainda que limitados.

Na verdade, a partir de 7 de Janeiro do próximo ano, as forças do Zimbabwe, calculadas em sete mil efectivos, deverão ficar confinadas a uma faixa de duas milhas (cerca de 3200 metros) nos corredores da Beira e do Limpopo. Formado por um complexo de estrada, caminho de ferro e oleoduto, o corredor da Beira liga a cidade portuária do mesmo nome ao Zimbabwe, numa extensão de cerca de 316 Km. O corredor do Limpopo (do rio do mesmo nome) liga o porto do Maputo também àquele país, através de uma via férrea com a extensão de cerca de 540 Km.

A Renamo prometeu não atacar as faixas de paz definidas por aqueles corredores, desde que as tropas do Zimbabwe comecem ali a concentrar-se a partir de meados deste mês. Praticamente ao mesmo tempo, isto é, a 18 de Dezembro, será constituída em Roma, no quadro de mais uma ronda de negociações, a Comissão Mista de Verificação da qual farão parte representantes da Frelimo e da Renamo, da Igreja Católica de Moçambique, da Comunidade de Santo Egídio, e, entre outros, de Portugal, Itália, Espanha, EUA e URSS. Refira-se que a pacificação em Angola e Moçambique foi debatida, esta semana, em Londres, entre Herman Cohen, subsecretário de Estado dos EUA para os Assuntos Africanos, e Iuri Iukalov, chefe do departamento África do MNE soviético.

Portugal, que, até agora, teve um papel de segunda linha nas negociações Frelimo-Renamo, poderá encontrar espaço na Comissão de Verificação para uma maior afirmação no processo de paz, atendendo à facilidade de relacionamento com os responsáveis e o povo de Moçambique. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, disse, na última terça-feira, que «embora não exista ainda uma posição formal, estamos a considerar favoravelmente a resposta à solicitação» do Governo de Moçambique e da Renamo para integrar os mecanismos de fiscalização e de segurança nos corredores da Beira e do Limpopo.

«Abaixo das expectativas»

O presente acordo culmina um longo período de consultas, de aproximações, de vaivém de intermediários, no qual o episcopado moçambicano teve um papel preponderante, designadamente o bispo da Beira, D. Jaime Gonçalves. Vencendo resistências internas, o presidente Joaquim Chissano foi dando pequenos passos até aceitar as conversações directas com a Renamo. Por outro lado, de-

envolvendo uma intensa acção diplomática a partir de Nairobi, capital do Quênia, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, conseguiu obter uma certa respeitabilidade para o seu movimento, geralmente condenado, mesmo pelos EUA, devido às atrocidades que lhe são atribuídas e que não poupavam ninguém, incluindo civis desarmados, mulheres e crianças.

No entanto, condicionado pela África do Sul, o seu poderoso vizinho e sustentáculo da Renamo, incapaz de obter uma vitória militar no terreno e sem uma resposta para a fome e a insegurança no país, Chissano acabou por aceitar como interlocutores aqueles que eram designados por «bandidos armados» no vocabulário oficial do Maputo. Só no Outono do ano passado, na conferência de Imprensa conjunta com Cavaco Silva, no final de uma visita do primeiro-ministro a Moçambique, o presidente Chissano ousou pronunciar, pela primeira vez, em público, a designação Renamo.

Aliás, segundo uma fonte diplomática, é convicção em Harare de que se não fossem as tropas do Zimbabwe, Maputo teria certamente caído em poder da Renamo.

A reacção de Armando Guebuza ao acordo conseguido reflecte cepticismo quanto aos seus resultados e desapontamento pelo seu elevado preço.

«Foi um pequeno passo. Um passo limitado e abaixo das expectativas», disse o chefe da delegação do Governo moçambicano às conversações de paz. «Esperamos que este não seja um acordo sobre a maneira de continuar a guerra», acrescentou.

Ao contrário, o chefe da delegação da Renamo, Raúl Domingos, mostrou-se muito satisfeito na conferência de Imprensa no final da terceira ronda de conversações.

Campeão do optimismo é D. Jaime Gonçalves, o bispo da Beira, conhecido pela sua forma frontal de abordar os problemas.

«O ano de 1991 será de muito boas esperanças. Há-de ser mesmo um ano feliz. Esperemos que durante ele se assinem o acordo de paz e sossego no país», disse.

A obtenção do acordo em Roma coincidiu com a entrada em vigor da nova Constituição do país, que institui o multipartidarismo e os princípios políticos, económicos e sociais de uma democracia de tipo ocidental. A aprovação da Constituição foi uma forma de Maputo se anteciper às exigências da Renamo e de abrir caminho para eleições livres com a participação do movimento de Afonso Dhlakama. No entanto, a Renamo desconfia da nova Lei Fundamental por não ter participado na sua elaboração e parece estar a atrasar a marcação de eleições gerais.

Membro da comissão política da Frelimo e ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, citado pelo diário norte-americano «The Washington Post», sublinhou que o seu partido está pronto para transferir o poder «para quem quer que seja eleito», nas primeiras eleições multipartidárias, previstas para o próximo ano.

Segundó o mesmo jornal, observadores em Maputo consideram que, dado o desgaste da Frelimo e a má reputação da Renamo, a situação está amadurecida para aparecer, com sucesso, uma terceira força. Entre os líderes oposicionistas, «The Washington Post» cita o dr. Domingos Arouca, um advogado dissidente da Frelimo, residente em Lisboa.